

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR

Rafaele Potrich¹

Denize Grzybovski ²

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as transformações contemporâneas do trabalho rural, investigando as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares em Rondinha, no Rio Grande do Sul. Questionam-se quais são essas capacidades requeridas do agricultor familiar na administração das pequenas propriedades rurais. Para tanto foram utilizados os constructos capacidades empreendedora e inovativa, na pesquisa exploratória qualitativa, com análise de conteúdo. Os resultados indicam agricultores familiares tolerantes, persistentes, comprometidos e com iniciativa para implementar inovações, mas portadores de apenas uma capacidade inovativa. Eles constroem simbolicamente suas relações de trabalho por meio da diversificação produtiva, mas estão limitados nas suas capacidades inovativas.

Palavras-chave: Trabalho rural. Agricultor familiar. Pequenas propriedades rurais. Capacidades empreendedoras. Capacidades inovativas.

CONTEMPORARY TRANSFORMATIONS OF WORK ON SMALL RURAL PROPERTIES: A CRITICAL REFLECTION BASED ON THE ENTREPRENEURS 'AND INNOVATIVE CAPACITIES OF THE FAMILY FARMER

Abstract

The purpose of this article is to analyze the contemporary transformations of the rural work, investigating the entrepreneurial and innovative capacities of farmers in Rondinha in Rio Grande do Sul. These required capacities of the farmers in the management of small farms are

¹ Mestre em Administração. Universidade de Passo Fundo. E-mail: rafapotrich@yahoo.com.br

² Doutora em Administração. Universidade de Passo Fundo. E-mail: gdenize@upf.br

Revista Brasileira de Estudos Organizacionais • v. 4. n. 1, p. 220-251, jun.2017, eISSN: 2447-4851

Doi 10.21583/2447-4851.rbeo.2017.v4n1.65

Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

questioned. Then, the entrepreneurial and innovative capacities theories were used in the qualitative exploratory study with content analysis. The results indicate tolerant, persistent, committed and with initiative farmers to implement innovations, but they have only an innovative capacity. They symbolically build their working relationship through productive diversification, but they are limited in their innovative capacities.

Keywords: Rural work. Farmer. Small farms. Entrepreneurial capacities. Innovative capacities.

TRANSFORMACIONES CONTEMPORÂNEAS DEL TRABAJO EN
PEQUEÑAS PROPIEDADES RURALES: UNA REFLEXIÓN CRÍTICA
CON BASE EN LAS CAPACIDADES EMPREENDEDORAS E
INNOVACIONES DEL AGRICULTOR FAMILIAR

Resumen

El propósito de este artículo es analizar las transformaciones contemporáneas del trabajo rural, la investigación de las capacidades empresariales e innovadoras de los agricultores familiares en Rondinha en Rio Grande do Sul. La pregunta es, ¿cuáles son estas habilidades requeridas de los agricultores familiares en la gestión de las pequeñas explotaciones. Para ambas construcciones se utilizaron las capacidades empresariales e innovadoras en el estudio cualitativo exploratorio con análisis de contenido. Los resultados indican agricultores tolerante, persistentes, comprometidos e iniciativa para implementar innovaciones, pero llevar únicamente una capacidad innovadora. Ellos construyen simbólicamente su relación de trabajo a través de la diversificación productiva, pero están limitados en sus capacidades innovadoras.

Palabras clave: Trabajo rural. Agricultor familiar. Las granjas pequeñas. Capacidad empresariales. Capacidad de innovación.

Introdução

As pequenas propriedades rurais têm passado por transformações desde o final do século XX (TEDESCO, 1999; VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2003; ABRAMOVAY, 2007; KAGEYAMA, 2008), em

especial de um modo de produção artesanal e subsistência para produção mecanizada e mecanizada. O produtivismo imposto pela modernização agrícola (TEDESCO, 1999) e as concepções capitalistas presentes no meio rural brasileiro provocaram o êxodo rural (POTRICH; GRZYBOVSKI; PASQUALI, 2015), reduzindo a renda nas pequenas propriedades e famílias rurais. O agricultor familiar precisou mudar a forma de pensar a agricultura familiar (de subsistência para geração de excedentes) e de administrar sua propriedade (GRAZIANO DA SILVA, 2001; KAGEYAMA, 2008; GAVIOLI; COSTA, 2011; KLOSTER; CUNHA, 2014), com vistas à renovação da tecnologia em máquinas e equipamentos de produção e subsídios à formação educacional dos filhos. Essas transformações influenciaram a estruturação da propriedade, os processos de trabalho e passou a exigir um novo saber dos agricultores familiares, que ainda viam na agricultura tradicional uma forma de conciliar sobrevivência e qualidade vida. Trata-se de compreender que há um “novo rural” em curso, o qual requer dos agricultores o desenvolvimento de capacidades empreendedoras e inovativas.

O “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 2001) exigiu dos agricultores familiares a capacidade de (re)pensar a gestão e o trabalho da e na pequena propriedade rural, assumindo riscos e sendo proativo/inovador. A oferta de novos produtos e serviços rurais (a reemergência dos orgânicos, o turismo rural, os meios de hospedagem rurais, outros) tornou-se imperativo de sustentabilidade rural, caracterizando empreendimentos rurais baseados na pluriatividade e nos plurirrendimentos (ESCHER et al., 2014), mas que provocaram transformações do trabalho, momento em que o trabalho manual deixa seu protagonismo para o trabalho mecânico, há também uma estratégia de ressocialização, associando a força de trabalho rural ao assalariamento (TEDESCO, 1999). Diante disso, o trabalho é orientado pelo agricultor

conforme suas capacidades que são apresentadas em suas características e habilidades.

Nesse contexto, questiona-se sobre como os agricultores familiares estão compreendendo tais mudanças na realidade da pequena propriedade rural familiar e quais capacidades empreendedoras e inovativas estão sendo requeridas na administração destas. O objetivo deste artigo consiste em analisar as transformações contemporâneas do trabalho rural, investigando as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares em Rondinha, no estado do Rio Grande do Sul.

O estudo foi desenvolvido no campo dos Estudos Organizacionais brasileiros, com vistas a ampliar o escopo do debate sobre as capacidades individuais nos estudos sobre administração de pequenas propriedades rurais. Para tanto, assume-se que o referido campo de estudos é carente no debate teórico que envolve o espaço rural e o trabalho do agricultor familiar no contexto contemporâneo. Trata-se de uma aproximação analítica dos estudos sobre capacidades individuais com os estudos sobre agricultura familiar, com o propósito de tematizar as transformações do/no rural, os desafios da nova ruralidade e a administração. Ainda, o estudo se justifica na necessidade de apresentar novos olhares para os estudos científicos sobre administração rural, novos referenciais teóricos para discutir sustentabilidade rural, diversidade e produtividade em pequenas propriedades rurais familiares no contexto brasileiro.

Os resultados deste estudo são apresentados a seguir, estruturados em cinco partes, além desta Introdução. Na parte 2, são apresentados os fundamentos teóricos dos estudos sobre administração rural e agricultura familiar. Na parte 3, constam os procedimentos metodológicos adotados para a coleta e análise dos dados empíricos. Na parte 4, são apresentados os resultados, seguidos pelas discussões dos resultados e pelas conclusões.

Pequena propriedade rural e o trabalho do agricultor familiar

As pequenas propriedades rurais familiares são analisadas por diferentes perspectivas teóricas, que vão desde a Sociologia e a Antropologia – que inferem na importância das expectativas e liberdades individuais (SEN, 2000)–, até o olhar econômico e ambiental da Teoria do Desenvolvimento Sustentável, que propõe um desenvolvimento sem destruir a natureza (VEIGA, 2002; SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2003; KAGEYAMA, 2008), e pelo olhar da Geografia e da História, a partir do qual se configuram os conceitos de território (FAWAZ; VALLEJOS, 2011; KLOSTER; CUNHA, 2014) em detrimento da proposta original de fronteiras físicas.

A base que compõe a estrutura das pequenas propriedades rurais tem herança no campesinato. A agricultura racional ou moderna considera essa herança uma forma de produção ineficiente, resquício de retração do progresso técnico, social e econômico, porém, a visão unilateral desse pensamento capitalista se traduz num custo para a sociedade que não é justificado pelo crescimento econômico (ABRAMOVAY, 2007).

No Brasil, pequenas propriedades rurais familiares são, como define a Lei Federal nº [11.326/2006, estabelecimentos caracterizados por apresentar](#) gleba rural não superior a quatro módulos fiscais, uso de mão de obra familiar, cultivos em pequena escala de produção e renda, em sua maioria proveniente das atividades produtivas do seu estabelecimento. Por tais características, a pequena propriedade rural é compreendida como agricultura familiar, a qual se contrapõe à agricultura patronal, caracterizada pelas grandes propriedades e pelo emprego de mão de obra assalariada ou volante.

Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), define-a como uma atividade econômica na qual a unidade de produção é

caracterizada pelo uso exclusivo de mão de obra familiar, autonomia e controle da sua produção, diversificação produtiva e venda do excedente de produção (autoconsumo saciado). A diversificação, na agricultura familiar, refere-se a “todo tipo de atividades e iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares da exploração [da propriedade rural] ou fora dela” (KAGEYAMA, 2008).

Esse novo desenho da agricultura familiar, que mescla o rural com o urbano (“rurbano”), traz o protagonismo de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000; FAWAZ; VALLEJOS, 2011), que tem seu conceito introduzido na agricultura na metade dos anos de 1990 (ESCHER et al., 2014) e apresenta-se como tema emergente. Neste se estabelecem reflexões que enfatizam as emergentes formas de organização territorial, revitalização do espaço rural quase exclusivamente agrícola, novas formações econômicas e sociais do “rurbano” (GRAZIANO DA SILVA, 2001), numa lógica que evidencia traços tanto da racionalidade quanto da irracionalidade produtiva; é uma tentativa de superação do rural que se opõe à modernidade, por tantas vezes considerado sinônimo de atraso.

As diferenças entre o urbano e o rural, entre as atividades agrícolas e não agrícolas, entre os “com e sem” (sem terra, sem saúde, sem emprego, sem casa, sem educação), se revelam integradas e num contexto onde a separação torna-se quase impossível (GRAZIANO DA SILVA, 2001). Se, por um lado, na década de 1990, o acesso à energia elétrica e aos serviços básicos fundamentais e o nível educacional no meio rural conformavam um território atrasado, hoje conformam os “pobres urbanos” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 37).

O cenário de mercantilização da agricultura e as mudanças dos espaços sociais do trabalho rural, percebidos com mais intensidade a partir dos anos 1990, evidencia a necessidade de um debate mais profundo sobre o que é rural e o que é urbano, numa tentativa de discutir criticamente as transformações contemporâneas do trabalho, o papel da

sociedade e as capacidades daqueles que vivem no meio rural, os agricultores, como denunciaram Karl Marx e Friedrich Engels, no Manifesto do Partido Comunista em 1848. Naquela oportunidade, as transformações no mundo do trabalho expropriam o homem e sua família do seu poder criativo e fazem com que o agricultor familiar perca sua liberdade; além disso, dele é suprimida a propriedade individual da terra (MARX; ENGELS, 2001). Contudo, a transição do sistema de produção artesanal para o industrial não se deu de forma passiva. Houve resistência por parte da sociedade, como evidenciam os referidos autores:

Vemos que a burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de profundas transformações no modo de produção e nos meios de comunicação. [...] Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variegados laços feudais que subordinavam o homem e seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre os homens outro laço senão o interesse nu e cru, senão o 'dinheiro vivo'. Submergiu nas águas glaciais do cálculo egoísta os frêmitos sagrados da piedade exaltada, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, emergiu a liberdade *única* e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração disfarçada sob ilusões religiosas e políticas pela exploração direta, cínica e brutal (MARX; ENGELS, 2001, p. 28-29).

O potencial endógeno que a agricultura familiar exerce sobre o território é expoente dos aspectos produtivos e econômicos, que são referidos ao se usufruir dos recursos disponíveis localmente (GAVIOLI; COSTA, 2011), contribuindo para o novo padrão de consumo da sociedade atual. Novas oportunidades de inserção no mercado da produção em pequenas propriedades, desde que sejam alimentos orgânicos, ecológicos,

nutracêuticos ou funcionais, que geram vida sustentável dentro dos recortes sociais e econômicos a que estão inseridos.

Apresenta-se como expoente deste novo recorte social, variáveis como a diversificação agrícola (SCHNEIDER, 2003) e o autoconsumo saciado (VAN DER PLOEG, 2006), que se incorporam as pequenas propriedades com vistas a sustentabilidade rural. Com isso, ocorrem transformações no ser e no fazer do agricultor (TEDESCO, 1999). O incremento de maquinário agrícola, especialmente do trator fez com que o manusear a terra passa-se a ser tarefa menos árdua, causando maior rendimento e rapidez no desenvolvimento do trabalho. A comercialização da produção agrícola, a compra de insumos para a plantação e a negociação com agentes financeiros, foram expoentes para que o agricultor vislumbrasse o externo a propriedade e com isso, agrega-se novos conhecimentos a mesma, afinal o agricultor “não inovador passou a sentir-se acuado, estigmatizado e atrasado” (TEDESCO, 1999, p. 267).

Tais transformações no trabalho do agricultor ocorreram baseados na racionalidade do tempo trabalhado e da quantidade produzida, como tentativa para maximizar os ganhos financeiros e os negócios, como também na tentativa do agricultor em buscar informações técnicas, pois “criar porcos, plantar milho, produzir uva e vinho, por mais que fossem diferenciados, sempre obedeceram a processos inovadores ao alcance dos colonos” (TEDESCO, 1999, p. 267). Esta forma de desenvolver a agricultura, encontra suas raízes no campesinato, mas também se refere a agricultura colonial, predominante sistema agrícola do território estudado.

Por agricultura colonial entende-se o formato de agricultura estabelecida pelas tradições dos imigrantes europeus. Esta agricultura diferencia-se em parte da construção social campesina, quando suas culturas eram para o autoconsumo e também para o mercado, evidenciando o aspecto capitalista da produção rural (BEROLDT; GRISEL; SCHMITZ, 2007) ou agricultura comercial (TEDESCO, 1999). Nesse

contexto de inserção rural/urbano se insere o debate sobre o trabalho rural e as capacidades empreendedoras e inovativas. O agricultor, como protagonista da transformação no meio rural, precisa desenvolver/portar tais capacidades que se encontram presentes nos estudos sobre empreendedorismo e inovação.

Capacidades empreendedoras e inovativas

Capacidade é um termo que designa o ser e o fazer de alguém num determinado campo do saber. O empreendedor, seja ele urbano ou rural, é alguém com capacidades específicas que o caracterizam como tal. Quando essa capacidade amplia o poder competitivo por meio das inovações que introduz nos diferentes processos (produtivo, armazenagem, organizacionais) ocorre o que se pode denominar capacidade inovativa.

Na perspectiva de Amartya Sen, as capacidades referem-se a um estado de bem-estar, cuja base está na liberdade de escolha das pessoas na sociedade, pelo empoderamento resultante da sua formação educacional e das condições gerais do lugar em que vivem. Essa concepção de liberdade apresentada por Sen (1993) refere-se à dimensão coletiva do bem-estar e diz respeito às pessoas terem uma vida saudável, a poderem fazer aquilo que desejam, bem como a participar da comunidade de forma efetiva, num contexto que leve em consideração o meio ambiente além da qualidade de vida. A base teórica está numa concepção de desenvolvimento humano, mas que sofre críticas por não reconhecer apropriadamente as relações e os acordos sociais como componentes diretos de bem-estar, considerando-os apenas meros instrumentos para alcançar bem-estar individual.

Ao ter liberdade de escolha entre produzir com ou sem agrotóxicos, por exemplo, o agricultor já se apresenta como empoderado. Conforme Sen (2000), é a partir dessa liberdade de escolha sobre o que e como

produzir e sobre como viver num contexto de racionalidade produtiva (TEDESCO, 1999) que afloram as capacidades empreendedoras.

Num contexto de pequena propriedade rural, em que a prosperidade é atraída como um meio para o enriquecimento da vida das pessoas, contrariando o conceito de prosperidade econômica e sua busca em si mesma, conceituar capacidades dos agricultores familiares requer o aporte teórico de capacidades apresentadas por Sen (1993) cujo conceito refere-se a uma “noção derivada” que uma pessoa apresenta, podendo ser também conceituada pelas “várias combinações de efetivações”. Efetivações, por sua vez, são “concebidas como elementos constitutivos da vida”, representando simbolicamente o que a pessoa é capaz de fazer ou ser perante as circunstâncias vividas. Atividades e modos de ser estão ligados diretamente às capacidades dos indivíduos, representando, por sua vez, “a liberdade pessoal de realizar várias combinações de efetivações” (SEN, 1993).

Em detrimento desse conceito de capacidades que orienta o ser humano para a qualidade de vida e, por conseguinte, para o bem-estar – contemplando outra visão das capacidades correspondentes aportadas por Sen (1993), para quem o ser humano desenvolve suas capacidades de realização e efetivações relacionando-as à motivação básica e aos valores sociais envolvidos–, o contexto contemporâneo em que as pequenas propriedades rurais estão inseridas requerem dos agricultores familiares capacidades empreendedoras (capaz de motivar os familiares, de mobilizar os membros da comunidade local, de proatividade), valores sociais cooperativos, como premissa para o atendimento das necessidades sociais, ambientais, econômicas da família rural e para o desenvolvimento de qualidade de vida e bem-estar.

Para atender a essa demanda, e corroborando com a afirmação de Sen (1993) de que a escolha das capacidades pode variar no tempo e no lugar, este trabalho preconiza que o agricultor familiar deve desenvolver

capacidades que transitam pelos temas empreendedorismo e inovação. As capacidades empreendedoras e inovativas do agricultor familiar estão ligadas à sua sobrevivência e à de seus familiares na pequena propriedade rural, o que justifica a busca por apropriar-se de conhecimento e de um padrão decente de vida. É importante salientar que essas capacidades não anulam o surgimento de novas capacidades nem destoam do sentido de liberdade que Sen (1993) apregoa ao conjunto de capacidades.

O conceito de capacidades proposto por Sen (1993) aproxima-se do conceito de competências, o qual é definido por Ruas (2001) como a capacidade de desenvolver conhecimentos, habilidades e formas de atuar, a fim de atingir/superar desafios configurados na missão da empresa e da área. Capacidades e competências, portanto, implicam reconhecer a pessoa inserida numa dinâmica territorial, cujas realizações contribuem para transformar a realidade, gerar desenvolvimento e bem-estar para si e para os que estão ao seu entorno, estabelecendo-se uma ligação teórica entre desenvolvimento e bem-estar (WENNEKERS; THURIK, 1999). Para Sen (1993), os seres humanos não são meios para obtenção de outros fins (lucro econômico), mas são fins em si mesmos, pois são capazes de alcançar um estado de felicidade e de satisfação pelas suas escolhas. Portanto, o conceito de capacidade difere do de competência e permite introduzir a abordagem teórica do empreendedorismo e da inovação.

Na perspectiva do empreendedorismo, é importante observar que o empreendedorismo é um campo de estudos amplo e complexo, o qual se apresenta em duas **vertentes teóricas**, a **econômica**, que alia o empreendedorismo à inovação (SCHUMPETER, 1982), e a **comportamentalista**, que se refere aos aspectos criativos e intuitivos presentes no empreendedor (FILION, 1999). Ainda, empreendedorismo recebe vários significados e sentidos dependendo do contexto empregado, formando diferentes escolas do pensamento empreendedor, o que permite afirmar que se trata de um “pântano intelectual” (VEIGA, 2005), um

fenômeno cultural dotado de hábitos, práticas, valores, visão de mercado e de capacidades inovativas de indivíduos tomadores de decisão (SOUZA; GUIMARÃES, 2005).

Considerado um fenômeno cultural na **vertente teórica comportamentalista**, o empreendedorismo é inserido no debate sobre as capacidades do agricultor familiar em empreender e inovar para gerar valor econômico, mas sobretudo pelo empreendedor ter como um dos seus objetivos de vida o seu bem-estar. Assim, uma das seis dimensões da capacidade empreendedora é ser proficiente no uso de habilidades, talentos e ideias dos outros.

Churchill e Musyka (1996) definem capacidades empreendedoras e inovativas como um processo individual de identificação de oportunidades no mercado que agregam valor de mercado ao produto ou à organização, tendo por base a inovação. No contexto da pequena propriedade rural, considerada um tipo organizacional, pode-se inferir que as capacidades empreendedoras e inovativas consistem nas efetivações do agricultor em ser e fazer, buscar e integrar conhecimentos com vistas a descobrir novas formas de produzir e comercializar seus produtos, motivado pelo espírito empreendedor e pela intenção de empreender, visando não somente a sustentabilidade econômica mas sobretudo, desenvolver efetivações que os conduzem ao atendimento de suas necessidades e à busca por qualidade de vida e bem-estar. Por mais que seja uma questão complexa (SEN, 1993), a noção de qualidade de vida humana está relacionada, por esse trabalho, ao alcance das capacidades empreendedoras e inovativas.

A intenção empreendedora é entendida como sendo um conjunto dos elementos crenças, intenções comportamentais e autoavaliação que indicam uma intenção de ingressar em atividades inovadoras no segmento de atuação, diferenciando-se das práticas tradicionais. No entendimento de Santos et al. (2009), trata-se do “potencial empreendedor”, ou seja, algo

**TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR**

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

que precisa ser despertado, desenvolvido e aprimorado para que aconteça, compreendendo traços ou características comportamentais similares às das pessoas de sucesso.

Sob a ótica das capacidades empreendedoras, os empreendedores desenvolvem certas características apreendendo e praticando um ofício (FILION, 1999). Também, são reconhecidos por assumirem os riscos associados às atividades, atuando de modo criativo aproveitando as oportunidades (FILION, 1999). Por conseguinte, os agricultores familiares com capacidades empreendedoras e inovativas são aqueles que sabem aproveitar as oportunidades de mercado, atuam como líderes nos espaços da família e da comunidade, são criativos, tolerantes, motivados pela intenção empreendedora, independentes nas suas realizações, persistentes, comprometidos e com iniciativa. Na Figura 1, são apresentadas tais características, com a pretensão de síntese.

Figura 1: Características das capacidades empreendedoras e inovativas.

Capacidades	Características
Empreendedoras	Atuar como líder nos espaços da família e da comunidade Ser tolerante com as pessoas Estar motivados pela intenção de empreender Sentir-se independente nas suas realizações (ter liberdade nas escolhas) Ser persistente Demonstrar comprometido com o trabalho Ter iniciativa (proatividade)
Inovativas	Saber aproveitar as oportunidades de trabalho Ter capacidade de criar e/ou ser criativo

Fonte: As autoras.

Ao reunir o sistema racional de produção (agricultura moderna), que contempla aspectos da irracionalidade produtiva (TEDESCO, 1999; ABRAMOVAY, 2007), com o sistema camponês de produção (subsistência), a nova agricultura familiar qualificada como novo rural ou “rurbano” desvela um novo cenário de integração do rural com o urbano, que representa uma transformação da realidade local, da dinâmica de

produção e social, bem como da forma como as tecnologias (de produção, de gestão e outras) são apropriadas pela família rural. Por conseguinte, a produção rural, o consumo interno (da família) e a comercialização do produto rural evidenciam um novo modelo econômico, o autoconsumo saciado, bem como passam a demandar um “novo agricultor familiar”.

O agricultor é tomado aqui como sujeito que faz parte de “um rural” que exige-lhe condições para a adoção de inovações sociais e institucionais de larga escala, como afirma Wanderley (2012). Trata-se de um agricultor familiar atento à utilidade das tecnologias da informação e da comunicação (TICs), da importância dos mercados e que reconhece a reciprocidade (sem negar a importância das trocas) como forma de reconversão estrutural do espaço econômico, social e ambiental que ocupa.

Para fugir da superficialidade do conceito de agricultura familiar, o estudo é desenvolvido por uma das correntes teóricas apontadas por Santos e Fontoura (2006), que traduzem as relações da propriedade rural com o mercado e com a sociedade, que reconhece os problemas de gestão ao nível da unidade de produção assim como também reconhece a capacidade organizativa e produtiva dos pequenos agricultores (WANDERLEY, 2012). Ainda, de que o agricultor é um ator social que não considera o trabalho uma atividade rural exclusivamente direcionada ao lucro, mas um meio para a manutenção da família rural e uma demonstração de sua própria capacidade de resistência/permanência no campo e de adaptação a um moderno que tem o passado como referência, o qual determina suas práticas e representação de família (DEPONTI, 2007).

É nesse contexto que as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares reproduzem-se como estratégia para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais, gerando qualidade de vida e transformações nas relações do trabalho no “novo rural”. A visão

de mundo e a concepção do trabalho na pequena propriedade rural familiar

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa dos dados, desenvolvida de acordo com a estratégia estudo de caso múltiplos (YIN, 2001). O espaço da pesquisa é definido pela perspectiva teórica do território, ou seja, um espaço social no qual ocorrem trocas econômicas e sociais, formado por atores que (des)constroem relações de poder (SANTOS, 1978).

Rondinha é município de pequeno porte (5.518 habitantes; 3.201 residem na área rural. IBGE, 2015) situado no norte do estado do Rio Grande do Sul e foi selecionado para o estudo em razão da sua representatividade entre os demais municípios desse porte na região, da ocorrência do fenômeno social migração rural desde 1990, do empobrecimento da família rural, dos problemas de rentabilidade da propriedade rural e da ausência da mão de obra familiar para realização do trabalho rural (POTRICH; GRZYBOVSKI; PASQUALI, 2015), uma vez, que por tais motivos, podem ter decorridos as transformações no trabalho. Ainda, configura-se historicamente como uma “terra de passagem”, cuja origem data do final do século XIX e que conta com uma fonte de água cristalina que servia para saciar a sede dos tropeiros que por ali passavam e, mais tarde, como chamariz para os primeiros colonizadores, caracterizados como imigrantes italianos migrados das “velhas colônias” da Serra Gaúcha (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013).

Os sujeitos da pesquisa foram sete agricultores familiares proprietários de propriedades rurais, conforme estabelece a Lei Federal nº [11.326/2006](#), selecionados aleatoriamente e que aceitaram participar do estudo. No primeiro contato, foi apresentado o objetivo do estudo e sua

dinâmica, seguido da solicitação de assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e da entrega de uma cópia ao entrevistado.

O processo de coleta dos dados deu-se nos meses outubro e novembro de 2015. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e observação, e anotados em um caderno de campo e/ou gravados em vídeo, de acordo com o consentimento do sujeito da pesquisa, e, posteriormente, transcritos em arquivo eletrônico (*software* Word®). Na sequência, fez-se a leitura panorâmica dos dados, organização de termos que indicavam características de capacidades em duas categorias: (a) capacidades empreendedoras; (b) capacidades inovativas. Portanto, adotou-se a técnica análise categorial, como recomenda o método análise de conteúdo (BARDIN, 1977; MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011). As variáveis analíticas foram definidas, *a priori*, com base na literatura consultada, que são as seguintes: líder, tolerante, motivado, independente, persistente, comprometido, com iniciativa e saber aproveitar as oportunidades de mercado.

Apresentação, Análise e Discussão dos Dados

Nas pequenas propriedades rurais investigadas em Rondinha, devido ao solo fértil e ao clima, os agricultores familiares podem produzir diversas culturas e assim explorar oportunidades de mercado. No entendimento de Gavioli e Costa (2011), clima e solo favorável à produção de diferentes culturas representa potencial endógeno do território e novas oportunidades de inserção no mercado por meio da oferta de produtos orgânicos, ecológicos, nutracêuticos ou funcionais.

A possibilidade de diversificação produtiva nestas pequenas propriedades rurais familiares e de novas formas de oferta do produto rural exigem que o agricultor esteja integrado a um contexto econômico e

social mais amplo, para além das fronteiras da sua propriedade e território que habita. Contudo, como reconhecem Santos e Fontoura (2006) e Wanderley (2012), há problemas de gestão ao nível da unidade de produção e capacidade limitada de produção dos pequenos agricultores. Em seus depoimentos, os agricultores revelam angústias e sofrimentos ao reconhecer que o contexto de ação sofreu transformações em relação à realidade que habita seu imaginário, vivido com seus pais e familiares, também agricultores. Em suas narrativas, afirmam ter dificuldades em decidir o que cultivar em razão do tamanho da propriedade (menos de 50 hectares), ao tipo de culturas que “sempre cultivaram” (soja e milho) e a escassez de recursos tecnológicos (máquinas modernas para plantar e colher) e financeiros (dinheiro para comprar fertilizantes, pesticidas, fungicidas) para garantir produtividade por safra. No que se refere à família rural, os pais revelam outra angústia, que é atender a demanda dos filhos (jovens), o que os leva a estimular a migração daqueles para viver (trabalhar e estudar) no meio urbano.

Como descreve Tedesco (1999), o momento de angustia vivido pelos agricultores familiares faz com que as limitações para mecanizar a atividade rural representam uma oportunidade para todos (família rural) migrarem para a “cidade” (TEDESCO, 1999).

Para o entrevistado A1, até mesmo atividades industriais realizadas no espaço rural por meio da instalação de agroindústria, se apresenta como limitada pela ausência de recursos financeiros:

Ainda não pensemo nisso, porque dá gasto prá financiá. A gente não tem [...] recurso pra construí e coisa. Eu me arrependi até de ter construído isso daí [estrebaria] e não ter ido na cidade. Pelo menos [na cidade], mês por mês, tu ganha [dinheiro]. Agora, também esses dias que deu as pedras [granizo] – tá certo que não estragou nada – mas se fosse ter emprego, não pagando aluguel, eu acho que na cidade seria melhor.

Ao contrário do que se espera encontrar num agricultor com comportamento empreendedor, o entrevistado revela desesperança no rural e ausência de perspectivas para transformar/modificar o lugar em que vive. A garantia de um dinheiro certo ao “final do mês”, se apresenta como a única alternativa de sobrevivência.

A respeito, Kageyama (2008) enfatiza a necessidade da ação proativa do agricultor familiar em favor da diversidade de práticas locais e sociais que conferem autonomia técnica e produtiva a ele. Afirma ainda que, no contexto contemporâneo³, é preciso diversidade de atividades que gerem renda nas pequenas propriedades rurais familiares, mas também é preciso considerar os apontamentos de Graziano da Silva (2001) sobre as diferenças entre o trabalho realizado numa propriedade rural e numa empresa urbana, para que o agricultor familiar compreenda as dificuldades e facilidades que existem nestes dois mundos. Para quem “mora na cidade”, há maior dificuldade de acesso aos alimentos de subsistência e a remuneração pecuniária é maior; quem “mora no interior”, tem maior desgaste físico, mas a remuneração pecuniária é menor, como relata A2:

Porque é muito complicado! Tu planta... nunca sobra nada! Na verdade, tu trabalha... Tá certo que o pessoal também tem que ficar no interior, só que tu trabalha, má tu nunca vê retorno. Chega o final da safra, nunca sobra dinheiro! Ainda se consegue levar adiante, porque às vezes sobra um pouquinho nessa [safra] e aí tu paga as contas da outra.

Exposto a esse pensamento dos pais e o encantamento que o meio urbano provoca no jovem, em razão da facilidade de acesso às TICs, os filhos dos agricultores familiares tem o anseio de “conhecer, morar e trabalhar” no meio urbano (TEDESCO, 1999). A este pensamento são

³ Contexto contemporâneo, neste artigo, refere-se ao maior contato/internalização do rural com o urbano, momento em que o rural passa por processo de mercantilização e externalização, repassando para o urbano o excedente da produção rural (VAN DER PLOEG, 2006).

referidas mudanças estruturais no seio familiar, que dificultam o trabalho dos agricultores, que por hora devem desempenhar muito mais que somente a função agrícola, mas também a função de gestor de sua propriedade. A mecanização não é sinônimo de “não precisar mais trabalhar”, pois como a estratégia destas propriedades, neste território, é a diversificação agrícola, a mão de obra familiar é demandada para a realização do trabalho agrícola.

O agricultor familiar demonstra capacidade limitada para compreender a dinâmica do trabalho no meio rural comparativamente ao urbano ao estabelecer uma relação direta apenas entre safra e período de recebimento do valor da venda do produto. Ao ser proprietário de uma propriedade rural, o agricultor tem liberdade de escolha, é independente para realizar projetos e criar alternativas num determinado cenário. Sendo assim, pode escolher em produzir para gerar receitas diárias (hortifruti), mensais (leite) ou anual/safra (soja). A cultura, os métodos de produção rural e a periodicidade da colheita estão associadas a outras questões, como tamanho da propriedade e da família, acesso à determinadas tecnologias, disponibilidade de mão-de-obra familiar, necessidades de subsistência e conhecimento técnico para realizar as atividades inerentes. Os agricultores entrevistados compreendem a dinâmica do mercado e os problemas de gestão da propriedade rural, mas expressam limitação para empreender e inovar, optando por repetir práticas:

O que tu vende [leite] não tem preço. Agora, vai compra [no mercado] pra ti vê [o preço que vai pagar]? (A2)

[O produto vendido] teria que ser mais valorizado, na verdade, também porque o que tu tem prá vendê não vale nada! (A3)

O que é do interior “não fecha” com o que é da cidade. Você vai comprá um par de calças em troca de laranja! Tu fica louco! Tu vai precisá de 500 kg de laranja (meia tonelada) pra comprá um par de calça! Isso não existe! (A8)

Na roça é uma coisa muito sofrida. É muito serviço pesado e venenos. Não é fácil! (A7)

Como relata Tedesco (1999), o modelo capitalista de produção está impregnado na ação do agricultor familiar por meio do encantamento pelo volume de produção gerada pelas lavouras intensivas de grãos, como o soja, e pela modernização de máquinas e implementos agrícolas. Abramovay (2007) retrata esse modelo de produção rural como um modelo sustentado pelo pensamento racional. Entretanto, os agricultores familiares que permanecem no campo encontram uma miríade de esperança para continuar suas atividades produtivas, desenvolvendo-as por reconhecerem nelas bem-estar, revelando que novos investimentos estão sendo realizados na propriedade para reduzir o uso da mão de obra familiar e aumentar o rendimento das atividades. Tais práticas de gestão permitem descrever um agricultor mobilizado em torno da modernização do espaço rural que ocupa, mostrando-se persistente e envolvido com uma proposta de construção do “novo rural” (FAWAZ; VALLEJOS, 2011).

239

Eu acho que até agora, assim [como está], não dá pra se queixar muito. Dá pra tocar! [...] A gente investiu [na modernização da propriedade] e agora tem que tocar “o barco”, má dá pra ir se virando devagarinho, até que a gente consegue. (A7)

Ainda se consegue levar adiante, porque às vezes tu sobra um pouquinho nessa [cultura] e aí tu paga as contas da outra. (A3).

É claro que é sofrido, má, claro que nada é fácil! (A1).

Não desistir de ser agricultor perante os problemas sejam eles de ordem econômica, climática ou de comercialização, torna o agricultor familiar persistente. Também denota-se que é esta característica que faz do trabalho na pequena propriedade rural sinônimo de sonhos e desejos do agricultor e de sua família. Na fala dos sujeitos, tais variáveis analíticas trazem consigo esperanças atreladas à certeza de menos dificuldades, trabalho e mais realizações e renda.

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

O sonho é de pelo menos vê um [filho] se formando, fazendo uma faculdade ou coisa assim. Eu gostaria. (A8)
Eles [filhos] têm que estudar, mas se eles pudessem voltar prá cá, se acostumar também aqui, que eu acho que é um pouco melhor de viver aqui do que na “cidade grande”, né? (A4)

O sonho de ver “um filho se formando” conjuga com o desejo ter presente na propriedade o conhecimento técnico como estratégia para a possível reprodução da mesma. Assim sendo, o trabalho que exige esforço físico diminuiria, com o advento de possíveis tecnologias e a gestão da propriedade seria mais passível, pois os filhos “foram estudá e sabem mais que nós. Sabe lidá melhor com o banco, essas coisa”. Tal motivação que inspira sonhos e desejos, também é responsável pelos discursos de que “aqui é bom de morar”. Apesar das dificuldades enfrentadas na pequena propriedade, o agricultor familiar credita que este espaço é sinônimo de qualidade de vida, como afirma o sujeito A3, “eu acho que a qualidade de vida é melhor aqui no interior”. Tal forma de pensar alinha-se com as afirmações de Sen (1993), ao inferir que o sujeito pode desenvolver capacidades, para que, no território em que habita, as mesmas possam lhe render qualidade de vida e bem-estar.

Assim sendo, o território de vivência dos agricultores familiares é o espaço de socialização, dos pensares e dos conhecimentos (TEDESCO, 1999). O ser independente, como característica presente nos sujeitos de pesquisa, é investigado mediante as funções e as relações de trabalho dentro da estrutura da vida familiar. Essa característica também retrata o “ser dono” da própria terra, ter liberdade de escolher entre trabalhar, ou não em determinado horário (liberdade de escolha), desde que estes trabalhos não interfiram na dinâmica produtiva da propriedade, decidir sobre ir ou ficar. Para ilustrar tais afirmações, reproduzem-se a seguir as falas dos entrevistados:

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

Porque, assim, não tem horário pra cumprí tipo que nem, tem quem tem um emprego, tem os horários, tipo das 7h às 11h30min, dá uma e pouco às seis, mas aqui, se não faz hoje, faz amanhã. (A3)

Na cidade, chega depois de um certo horário já o pessoal fica mais por lá, mas também tem aquela hora que o pessoal começa mais cedo é tudo mais no relógio! Aqui não, se às vezes tu quer parar, também durante o dia, tu para, as vezes tu atrasa um pouco o serviço, mas é tu que faz como tu quer; tu quer sair, tu sai. (A1)

Ao reconhecer o espaço da pequena propriedade rural como seu, o agricultor familiar comprometer-se com o trabalho, tendo como expoente a reprodução do conhecimento. As atividades agrícolas, bem como a estrutura de produção e de gestão da pequena propriedade rural necessitam de diferentes conhecimentos. A transgeracionalidade dos conhecimentos (tácitos e explícitos) requer o espaço de socialização, mas também de espaços de compartilhamento, como os produzidos pela Emater/RS-Ascar, na oferta dos cursos e “dias de campo” ou em programas de formação de longa duração, como os ofertados pelo SENAR/RS.

Nas palavras de Ana, Extensionista da Emater/RS-Ascar, os agricultores familiares mostram-se preocupados em produzir seu próprio alimento e usando a melhor técnica de produção, gerando demanda específica nas atividades de extensão:

Nós estamos bem felizes porque os nossos agricultores de Rondinha são preocupados em produzir o seu alimento. Quando eles tem a dificuldade lá na propriedade, de como produzir, [pedem] para nós. [Eles] são atenciosos, [...] seguem a orientação, são bem preocupados e isso surpreende muito. Uns 80% das pessoas que nos procuram e a gente consegue ver o resultado. [...] Para você ter uma ideia, a gente tem quatro unidades de referência que criamos este ano.

Essa busca dos agricultores familiares por novos conhecimentos revela a presença de diversas características da capacidade

empreendedora, como persistência, motivação pela intenção, estar motivado para, comprometimento. Conforme enfatizam Tedesco (1999) e Wanderley (2012), o agricultor é sujeito parte de “um rural” que exige-lhe adoção de inovações em larga escala, cuja relação da propriedade rural com as condições de mercado e sociedade são estreitas (SANTOS; FONTOURA, 2006) e requerem comprometimento.

O relato da extensionista da Emater/RS-Ascar é confirmado nos estratos das entrevistas dos agricultores a seguir reproduzidos, em especial no que se refere ao comprometimento:

Nós vamos mais nas cooperativas, aonde tem os técnicos, onde (sic) dão mais orientação pra nós. (A7)

Largamo do veterinário, má tamo quase arrependido. Ele cuidava mais só das vacas, fazia ultrassonografia, tudo. Tu sabia que a vaca vai dá tantos meses de leite, vai ficar seca tanto tempo... Senão tu perde, né? Se a vaca vai ficar três meses seca, ali, sem emprenhar, tu já perdeu um mês. Essas coisas que tem que controlar tudo e agora tamo sentindo que tem vacas que não estão emprenhando na hora certa! A gente perde tempo! Uma vez tinha uma pesquisa que dizia que a cada mês que a vaca atrasasse, perdia 16% no lucro. Hoje deve dá mais que isso, [já que] aumentou [o preço de] tudo. (A8)

Tão importante quanto o comprometimento, a iniciativa é salutar para a obtenção de conhecimento. As socializações das relações de trabalho adaptam-se ao novo cenário mercantil, que transcende a ideia de pequenas propriedades rurais como lugares míopes de conhecimento, mas buscam por novos horizontes, novas formas de produção e de trabalho, introduzindo, a partir disso, a iniciativa. Percebe-se esse contexto na fala do agricultor A8:

[O veterinário] visitava a nossa propriedade e daí ele ajudava na questão do leite né, daí ele ajudava nós fazê tudo o orçamento do que nós comprávamos e o que era vendido. Tipo o leite, assim, ele fazia todo o orçamento do que nos gastava, tudo, tudo que nós comprava de

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

detergente... Tudo! Sabe essas coisas? Daí ele ajudava a
fazê a contabilidade. (A8)

Nas transformações contemporâneas do trabalho, na pequena propriedade rural, são lançados planos estratégicos para a obtenção do conhecimento por parte dos membros familiares, porém, a espera pela socialização do conhecimento e pela geração de novas práticas causa angústia no seio familiar. Para fins de ilustração dessa afirmação, recorreremos à fala de um agricultor que manifesta que espera que a filha, depois de formada na faculdade, possa trazer conhecimento para a sua propriedade: “Se fosse por mim, eu queria que depois [de formada] a minha filha voltasse pra casa, mas agora depende dela se ela quer ficar” (A1).

Essa mesma citação revela fatores que são concomitantes com o estado de contínuas transformações (êxodo rural; mecanização) e reorganização (novo rural) pelo qual passam as pequenas propriedades rurais. Nesse cenário, é constante a busca por conhecimento, respostas e soluções, contudo, o “saber ser tolerante” perante as dificuldades e a falta de solução evidencia-se como uma capacidade empreendedora, salientada na fala do produtor A3, que afirma que, “na verdade, é três, quatro anos prá cá que a colheita aqui pra nós é fraca né? Daí a gente vai levando”.

As variáveis analíticas apresentadas confirmam a presença das capacidades empreendedoras no contexto da agricultura familiar e da socialização do trabalho, contudo, a variável analítica liderança não se fez perceptível nas falas e nas afirmações dos agricultores familiares pesquisados.

Aproveitar as oportunidades de mercado e a capacidade ser criativo, ambas capacidades inovativas, trazem resultados diferentes. Na variável oportunidades de mercado, o anseio por tornar a propriedade sustentável economicamente qualifica a diversificação da produção, o que suscita novas formas de comercialização, abertura para novos mercados e

o autoconsumo saciado (VAN DER PLOEG, 2006). A2 afirma que “produzimos leite, soja, fumo e milho”, enquanto que A7 afirma produzir “soja, trigo, milho, leite, fumo e uva”. O trabalho praticado em ambas culturas requer o engajamento da família e o advento de tecnologias.

Tais culturas e atividades produtivas no meio rural são consideradas clássicas (TEDESCO, 1999). Os relatos evidenciam falta de criatividade do agricultor em desenvolver novos produtos rurais, modificar sua matriz produtiva numa perspectiva diferenciada daquilo que herdou de sua família. Nesse sentido, as capacidades inovativas do agricultor mostram-se ausentes.

Os dados analisados revelam que tolerância, motivação, independência, persistência, comprometimento e iniciativa são variáveis presentes nas capacidades empreendedoras dos agricultores familiares estudados, enquanto que a variável liderança não apresentou evidências de sua prática nas relações vividas no trabalho e no cotidiano familiar.

Quanto às variáveis que dimensionam as capacidades inovativas, aproveitar as oportunidades de mercado é a variável com maior expressividade nas construções simbólicas das relações de trabalho e ela se efetiva por meio da diversificação produtiva presente nas pequenas propriedades rurais familiares. A variável analítica criatividade não foi representada nas falas dos agricultores familiares.

Conclusões

As capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares são centrais para pensar o desenvolvimento e a sustentabilidade rural, assim como são as capacidades inovativas, mesmo que de forma limitada, para a nova ruralidade. As transformações contemporâneas, sejam elas tecnológicas ou sociais, provocaram alterações/mudanças no modo de realizar o trabalho no meio rural e os agricultores de pequenas

propriedades rurais familiares encontram-se num dilema entre mecanizar, investindo em diferentes tecnologias relativas ao processo produtivo, e migrar para o meio urbano. Tratam-se das consequências sociais da modernização agrícola e da racionalidade produtiva, uma vez que as práticas dos agricultores familiares conservam a essência de gestão do campesinato e da irracionalidade produtiva. Esses são descritos como dois modelos de produção que geram um novo cenário no meio rural (“nova ruralidade”), a integração do campo com a cidade por meio do autoconsumo saciado.

As transformações vivenciadas pelo agricultor nas pequenas propriedades rurais familiares expõem um problema teórico para investigações futuras relativas ao trabalho rural, que pode estar sendo ressignificado pelo contexto do “novo rural”. Há elementos da pesquisa que indicam o trabalho rural ainda associado ao grau de dificuldade de produção e ao esforço físico dispendido, mas também à herança familiar pela transgeracionalidade dos conhecimentos. Há significados de trabalho rural herdado da família rural, cujas transformações de contexto não foram percebidas pelo agricultor familiar, apesar dele ter modificado a forma de trabalhar; há dissonância entre discurso e prática.

O campo de investigação sobre o rural é complexo e, ao reconhecê-lo como tal no presente artigo, buscou-se analisar as capacidades empreendedoras e inovativas dos agricultores familiares com vistas a atuarem como agentes de transformação da realidade. Há crença nas referidas capacidades como meios de empoderamento do agricultor familiar, tornando-o um agente que busca recursos que lhe conferem bem-estar, mas também que modifica o contexto de assujeitamento e o impulsiona a buscar alternativas de produção e renda, permanecendo dono do seu tempo, do seu espaço e com qualidade de vida. Os dados coletados evidenciam que os agricultores familiares têm capacidades empreendedoras. A persistência faz os agricultores continuarem no meio

**TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR**

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

rural, mesmo quando preponderam mais aspectos negativos do que positivos. Isso decorre do fato de que a racionalidade produtiva e a expectativa de crescimento econômico (muito retratado pelo agricultor pela sua definição de renda e lucro) ainda não são determinantes, apesar de serem prevalentes, nas suas escolhas de vida. Os relatos evidenciam um esforço contínuo perante as dificuldades, cuja esperança é motivo para continuar a vida, mesmo “pacata”, mas regada de sonhos.

A tolerância está presente principalmente na manifestação das dificuldades empreendidas pelo novo cenário da agricultura familiar e o agricultor é motivado a permanecer no meio rural pela qualidade de vida decorrente dos recursos que lhe conferem liberdade de ação (gestão da sua vida laboral), mesmo que, nas atividades produtivas, sinta-se assujeitado ao conhecimento técnico do qual não dispõe.

Na Figura 2 são apresentados os resultados da pesquisa.

Figura 2: Capacidades presentes nos agricultores familiares entrevistados.

Capacidades	Características	Presença das capacidades nos agricultores	
		Sim	Não
Empreendedoras	Atuar como líder nos espaços da família e da comunidade		X
	Ser tolerante com as pessoas	X	
	Estar motivado pela intenção de empreender	X	
	Sentir-se independente nas suas realizações (ter liberdade nas escolhas)	X	
	Ser persistente	X	
	Demonstrar comprometido com o trabalho	X	
	Ter iniciativa (proatividade)	X	
Inovativas	Saber aproveitar as oportunidades de trabalho	X	
	Ter capacidade de criar e/ou ser criativo		X

Fonte: Dados da pesquisa

Por essa razão, as limitações do agricultor como agente de transformação foram identificadas especialmente nas suas capacidades inovativas e nas capacidades em estabelecer relações sociais mais ampliadas, que representam desafios para pensar a nova ruralidade no contexto estudado. As capacidades identificadas nos agricultores do presente estudo não conferem a ele o empoderamento necessário, descrito por Amartya Sen, para mudar a realidade no espaço em que vive, pois ele não está apto a combinar os recursos de que dispõe.

Conclui-se que os agricultores familiares constroem simbolicamente suas relações de trabalho com vistas à união e à renda familiar por meio da diversificação produtiva, somando liberdade de escolha entre possíveis estilos de vida e, fazendo isso, demonstram capacidade de alcançar estados que consideram desejáveis, mas estão limitados nas suas capacidades inovativas.

Tais conclusões contribuem para ampliar o debate sobre as transformações ocorridas no trabalho dos agricultores familiares, explorando as capacidades empreendedoras e inovativas destes sujeitos, como estratégia para a sustentabilidade das pequenas propriedades rurais. Essa pesquisa também traz contribuições no sentido de provocar reflexões sobre as mudanças ocorridas nas pequenas propriedades rurais que por hora incorpora o “novo rural” como conceito para sua sustentabilidade.

Estudos futuros que levem em consideração o agricultor familiar como protagonista desta “nova ruralidade”, são necessários, tendo em vista que as transformações no contexto de pequena propriedade provêm, em grande maioria, deste sujeito, além disso, a análise poderia privilegiar as transformações ocorridas no trabalho do agricultor familiar em diferentes regiões do país, levando em conta as formas produtivas da modernização agrícola e do sistema camponês de produção. Quanto aos procedimentos metodológicos, inferem-se pesquisas que utilizem diferentes métodos de coleta de dados, com maior ou menor número de

sujeitos pesquisados. As limitações deste estudo decorrem que seus achados fazem inferência somente ao território pesquisado.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEROLDT, L.; GRISEL, P. N.; SCHMITZ, J. A. K. Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, R. (org.) **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.

CHURCHILL, N. C., MUZYKA, D. Defining and conceptualizing entrepreneurship: a process approach. In: HILLS, G. E.; LAFORGE, W.; PARKER, B. J. (Eds.). **Research at marketing/entrepreneurship interface**. Chicago: University of Illinois at Chicago, 1996. p. 11-23.

248

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da Agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007.

Anais eletrônicos... Londrina: SOBER, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/30.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

ESCHER, F. et al. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do censo agropecuário 2006. **Revista e Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.

FAWAZ, J., VALLEJOS, R. Calidad de vida, ocupación, participación y roles de género: un sistema de indicadores sociales de sostenibilidad rural (Chile). **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 8, n. 67, p. 45-68, Jul./Dez. 2011.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abr./jun.1999.

GAVIOLI, F. R.; COSTA, M. B. B. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 449-472, abr./jun. 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GRZYBOVSKI, D.; PEREIRA, A. S. Desenvolvimento econômico na Região Colonial no Rio Grande do Sul: uma análise histórica das implicações da Constituição Econômica de 1891 nas empresas familiares. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 24, p. 110-140, set./dez., 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431620&search=%7Cronzinha>>. Acesso em: 19 set. 2015.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

KLOSTER, S.; CUNHA, L. A. G. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 27, p. 66-94, jul./set., 2014.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

POTRICH, R.; GRZYBOVSKI, D.; PASQUALI, T. O êxodo rural no município de Rondinha: uma análise do fenômeno no período histórico de 1965 a 2014. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA REGIONAL, 4, Passo Fundo, 2015. **Anais do...** Passo Fundo: UPF, 2015.

RUAS, R. Desenvolvimento de competências gerenciais e contribuição da aprendizagem organizacional. In: FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JR., M. M. O. **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, p. 242-269, 2001.

- SANTOS, J. R.; FONTOURA, L. F. M. Alguns apontamentos para a reflexão teórica do campesinato. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, v. 30, p. 58-70, out., 2006.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- SANTOS, P. C. F. et al. Intenção empreendedora: um estudo com empretecos catarinenses. **Revista de Estudos de Administração**, v. 10, n. 19, p. 7-26, jul./dez. 2009.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEN, A. K. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, n. 28-29, São Paulo, abril, 1993.
- _____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, E. C. L.; GUIMARÃES, T. A. (orgs.). **Empreendedorismo além do plano de negócio**. São Paulo: Atlas, 2005.
- TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Tores Associados, 2002.
- _____. Empreendedorismo e desenvolvimento no Brasil rural. **Unimontes Científica**, v. 7, n. 2, p. 12-45, jul./dez. 2005.
- WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.
- _____. Prefácio. In: MALUF, R. S.; CARNEIRO, M. J. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DO TRABALHO EM PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS: UMA REFLEXÃO CRÍTICA COM BASE NAS CAPACIDADES
EMPREENDEDORAS E INOVATIVAS DO AGRICULTOR FAMILIAR

Rafaele Potrich | Denize Grzybovski

____. **Um saber necessário:** os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. Linking entrepreneurship and economic growth. **Small Business Economics**, v.13, n.1, 13, p. 27-55, 1999.

YIN, R. K. **Estudos de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Submetido em: 15/12/2016

Aprovado em: 26/08/2017